



Origens remotas da unificação da língua italiana: qual a influência da experiência com a língua latina?

Jefferson Evaristo¹

Resumo: A unificação da Itália e a consequente assunção da língua de Firenze como sendo a língua italiana standard é um processo profícuo para investigações linguísticas várias. Em nossa tese de doutorado, ao falarmos sobre esse processo, discutimos como eventos distribuídos ao longo de quase dez séculos foram fundamentais para, aproximadamente 400 anos depois, possibilitarem a unificação do século XIX. A título de exemplo, a hipótese que apresentamos é a de que a referida unificação tem sua gênese em eventos anteriores, sendo a data específica desse século em questão apenas a culminância de processos anteriores. Citamos aqui, a esse respeito, a história do Império Romano e de como o latim foi o elemento fundamental – tão importante quanto a cultura, a força militar ou a organização política – de coesão para seu período e como, posteriormente, tal posição seria assumida no contexto italiano ao se confrontar com as premissas de uma unificação futura e necessária.

Palavras-chave: Unificação da língua Italiana; História da língua italiana; Império Romano; Língua latina.

Abstract: The unification of Italy and the consequent assumption of the Firenze language as the standard Italian language is a fruitful process for various linguistic investigations. In our doctoral thesis, when talking about this process, we discussed how events spread over nearly ten centuries were fundamental to, approximately 400 years later, enable the unification of the nineteenth century. As an example, the hypothesis we present is that the aforementioned unification has its genesis in previous events, the specific date of that century in question being only the culmination of previous processes. In this regard, we cite the history of the Roman Empire and how Latin was the fundamental element – as important as culture, military force or political organization – of cohesion for its period and how, later, such a position would be assumed in the Italian context when confronted with the premises of a future and necessary unification.

Keywords: Unification of the Italian language; History of the Italian language; Roman Empire; Latin language.

¹ Pós-doutorando em Língua Portuguesa pela UPM (2021), doutor em Língua Portuguesa pela UERJ (2020) e doutor em Letras Neolatinas (língua italiana) pela UFRJ (2019). É professor de Língua Portuguesa na UERJ, atuando ainda no Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística (PPLIN).

<http://lattes.cnpq.br/7711892450310178>

<https://orcid.org/0000-0002-7561-5400>

E-mail: jeffersonpn@yahoo.com.br





Introdução

De sua estrutura plurilíngue e fragmentada da Idade Média a sua unificação no século XIX, muito ocorreu no território italiano. Para compreender os processos variados pelo qual a língua italiana standard do século XIX pode se firmar, cremos ser necessário recorrer ao latim, naquilo que chamamos de *origens remotas* da língua italiana – não no sentido imediato de ela ser uma língua neolatina, mas de a experiência do Império Romano com a língua latina ser a origem do processo de unificação da língua do *bel paese*. Aqui, portanto, será necessário retornar ao período do Império Romano.

Nosso texto, então, será dividido da seguinte forma: uma primeira seção, na qual apresentaremos a estrutura do texto e faremos as primeiras considerações acerca de nossa proposta; uma segunda seção na qual faremos uma breve exposição da posição de Roma antes de pensarmos na ideia de um Império Romano. Tal ponderação será necessária para entendermos melhor os fundamentos de uma espécie de mentalidade que seria fundamental para a criação do futuro império. Na terceira seção, falaremos sobre um império construído em cima de uma língua, ou seja, de como o Império Romano pode ser configurado como tal baseando-se na língua latina. Na quarta seção, apontaremos aquilo que acreditamos ser um paralelo existente entre a situação de um lado, do Império Romano e da língua latina e, de outro, da unificação da Itália e da língua italiana. Por fim, encerramos nossa proposta com algumas considerações finais, deixando a seara aberta para outros pesquisadores.

No princípio, era Roma: reminiscências

“Roma era, no princípio, uma insignificante cidade-estado entre uma multidão de Estados semelhantes no centro da Península Itálica”² (JANSON, 2015, p. 105), fundada aproximadamente no final do século VII a.C. Sem nenhuma expressão particular, destaque ou poder, a pequena Roma era, no período, mais um dentre os muitos agrupamentos políticos da região. Não por muito tempo.

² É discutível a afirmação de que Roma fosse uma cidade-estado no período. De qualquer forma, o autor assim a nomeia.





“À época da fundação, tradicionalmente fixada no ano de 753 a.C., Roma era uma pequena comunidade agrícola-pastoral e a sua língua deveria se confrontar com outras variedades indo-europeias mais difundidas na Itália centro-meridional”³ (TRIFONE, 2009, p. 17). Janson (2015, p. 40) observa que inicialmente o raio de expansão do latim era apenas o dos limites geográficos imediatos de sua cidade-estado – que, até então, era geograficamente pequena.

Roma não tinha nenhum prestígio regional, seja nos âmbitos político, econômico, linguístico ou social. Era apenas mais uma das peças do quebra-cabeças que era o mediterrâneo europeu da época. “O complexo panorama étnico-linguístico da Itália pré-romana compreende numerosos outros povos falantes de idiomas de várias ascendências e fisionomias, como os Celtas ao norte, Messápios ao sul, Fenícios na Sardenha e na Sicília”⁴ (TRIFONE, 2009, p. 18). Janson (2015, p. 110) indica que à época da fundação de Roma, havia talvez mais de uma centena de línguas sendo faladas na região, sem que, entretanto, nenhuma dessas línguas tivesse muita vantagem numérica em relação as outras. Eram, se se pode dizer, línguas de povos com aproximadamente o mesmo número médio de falantes.

Entretanto, paulatinamente, os romanos empreenderam um processo de constantes e sucessivas guerras e dominação dos povos vizinhos, aumentando cada vez mais seu território, poder e posição política.

Os romanos, ou ao menos sua classe governante (embora a massa não fosse insensível a seus triunfos), eram imperialistas, e num sentido bem mais grave do termo: sentiam-se destinados a comandar todos os homens, e, para citarmos ainda Montesquieu, acreditavam que ‘bastava haver ouvido falar neles para se lhes submeter’” (VEYNE, 2009, p. 85)

Partindo de Roma, as cidades vizinhas, por primeiro, passavam a ser anexadas ao domínio de influência da cidade-estado, formando aquilo que viria a ser considerado um

³ “Roma è una piccola comunità agricola-pastorale e la sua lingua deve confrontarsi con altre varietà indoeuropee più diffuse nell’Italia centro-meridionale” (tradução nossa).

⁴ “Il complesso panorama etnico-linguistico dell’Italia pre-romana comprende numerosi altri popoli parlanti idiomi di varia ascendenza e fisionomia, come Celti al Nord, Messapi al Sud, Fenici in Sardegna e in Sicilia” (tradução nossa).





império. “A expansão imperialista teve, portanto, razões estruturais, derivadas dos conflitos internos das cidades e do fato de que as maiores podiam resolver seus próprios conflitos, expandindo-se sobre as menores” (MENDES e SILVA, 2014, p. 15). Em seu território, unificado, viviam diferentes povos, com relativa segurança, oferecida pelo Império. “O Império Romano foi o resultado da expansão de uma aliança de cidades da Itália, capitaneada pela mais forte” (ibid, p. 14); “era um império de cidades e, ao mesmo tempo, o Império de uma cidade” (ibid, p. 14): Roma. Desse modo, funcionavam como um “Estado-Nação isolacionista” (VEYNE, 2009): para se manter seguros, impunham uma aceitação de seus modos, costumes e línguas aos outros povos⁵. Assegurar o seguimento dos costumes romanos era, também, uma maneira de preservar a unificação de todo o território. Não mais importava a língua dos habitantes, viajantes e escravos dominados; não mais importavam seus costumes, crenças e religiosidades; importava apenas que todos se adequassem ao *modus romanum*, participassem da organização política colocada e que, à época, falassem o latim. Ainda que a língua latina fosse majoritariamente presente nas instâncias militares e burocráticas, tal como nos ambientes letrados e nas ciências, era possível perceber o poder da língua na vida das pessoas quando, por exemplo, para que pudessem ter acesso a tais instâncias, deveriam obrigatoriamente fazê-lo em latim.

Como o latim era uma língua de maior erudição, seu uso escrito era, na prática, a materialização da língua latina, com as formas de falar sendo influenciadas por outros fatores, como as línguas da região. Criava-se um cenário em que o latim escrito era um e a língua latina falada, com frequência, era outra.

Seja como for, o latim, presente nas regiões submetidas numa variedade popular (o latim falado do exército, dos comerciantes e, em certos casos, dos veteranos assentados como colonos) e numa variedade erudita (a variedade escrita dos magistrados, da jurisdição e, até onde existia, da escola), ia-se impondo como a língua que exprimia uma

⁵ Embora Veyne defenda a questão, trata-se de uma afirmação discutível, uma vez que poucos são os registros nesse sentido, ao mesmo tempo em que abundam registros de assimilação, por parte dos romanos, dos costumes, crenças e línguas de outros povos, naquilo que Ilari (2018, p. 50) chama de “capacidade de absorver outros povos”.





cultura mais avançada e que abria melhores perspectivas de negócios e ascensão política e social. (ILARI, 2008, p. 56)

Aprofundar a questão seria desviar o objetivo deste texto, motivo pelo qual apenas fazemos uma ressalva. Consideraremos aqui língua latina como uma forma, ainda que genérica, de definir o idioma falado no Império.

Retornando ao que Veyne (2009) defende, por vocação, os romanos eram um povo militar, acostumado a – e apaixonado por – guerras, triunfos bélicos, valorização da força física e à ideia de serem superiores aos outros povos. Desse modo, ainda que de início fossem pequenos e sem expressão, os romanos se sentiam um povo superior a todos os outros povos. Tal sentimento fez com que eles se lançassem em um verdadeiro movimento imperialista de dominação de outros povos.

Subjugando pela força os seus vizinhos, aumentando paulatinamente seu alcance e prestígio, em poucos séculos passa de uma pequena cidade-estado à potência regional. “Era um imperialismo autossuficiente; não era inspirado nem alegado por valores, ideologia, ou por uma religião” (VEYNE, 2009, p. 85). Em termos modernos, pode-se falar efetivamente em uma vocação romana para a expansão.

Ao fazer isso, sua esfera de influência cresceu ao longo dos séculos. No século IV a.C., eles se tornaram a força dominante da Península Itálica e, perto do final do século seguinte, eram os mestres incontestáveis da Itália, incluindo a Sicília. Sistemáticamente eles se expandiram para o leste e o oeste, e quando o império alcançou sua extensão máxima, por volta de 100 d.C., os romanos controlavam toda a Europa a leste do Reno (exceto a Escócia e a Irlanda) e a sul do Danúbio, todo o norte da África, incluindo o Egito, e também as atuais Palestina, Síria, Turquia, Grécia, Albânia e muito mais (JANSON, 2015, p. 106)

O desejo de dominação romano era tão intenso que, por volta do ano 200 a.C.,

a conquista da Itália pelos romanos e seu domínio do Mediterrâneo Ocidental consistia em estabelecer ao redor de Roma uma barreira de proteção – ou melhor, em pôr em prática uma concepção muito peculiar dessa barreira ‘defensiva’, segundo a qual a mera existência de uma





potência independente em suas fronteiras era percebida por Roma como uma ameaça a sua segurança (VEYNE, 2009, p. 85).

Toda essa mentalidade belicosa e expansionista incidiria diretamente na língua, como veremos na próxima seção.

Império Romano e sua língua: primeiros apontamentos

Naturalmente, expandir o domínio de Roma significava também expandir o alcance da língua latina. Os romanos e o latim caminhavam juntos: expandiam-se, dominavam e subjugavam mutuamente. “Na realidade, os romanos consideravam um motivo de grande honra para si o uso do latim pelos vencidos” (ILARI, 2018, p. 55), motivo pelo qual a imposição do latim era vista não apenas como uma necessidade administrativa, mas como uma honra militar.

Desse modo, o latim “impôs-se como língua falada no Mediterrâneo ocidental e na Europa continental” (ILARI, 2018, p. 56), ainda que em alguns lugares, como a Grécia, ele tivesse sido menos agressivo ao se impor, gerando cenários em que o latim não era a língua falada ordinariamente. Não era possível separar o homem romano da língua que falava. Tal fato será fundamental para entendermos não apenas a questão romana, mas a posterior questão italiana, com o fiorentino assumindo o lugar do latim.

Dessa forma, ao invadir um povo/região, os romanos esforçavam-se para que o domínio não ficasse restrito ao âmbito do poderio militar, mas que pudesse de estender aos aspectos políticos, administrativos, sociais, econômicos e linguísticos. Faziam de forma que falar o latim – e, em certa medida, escrevê-lo – fosse um elemento fundamental para que determinados postos socioeconômicos fossem atingidos ou mantidos. “*Em Roma, portanto, o poder do Estado era aliado íntimo de uma língua, o latim*” (JANSON, 2015, p. 108).

O latim torna-se a língua de um império que estende a sua influência sobre toda a bacia do Mediterrâneo, reduzindo dentro de uma única grande órbita política e cultural a Europa, a África setentrional e o





Oriente asiático próximo: em suma, o inteiro universo conhecido daquele tempo⁶ (TRIFONE, 2009, p. 18).

Como demonstram os autores anteriores, estar no Império Romano significava, em certa medida, ouvir e falar latim. Ainda que os historiadores indiquem pontos de resistência de outros povos e línguas, como o caso dos gregos⁷, essa era a exceção, não a regra. Através da língua, os romanos conseguiam ampliar sua dominação militar a outro patamar. Outras dominações da época, como a dos egípcios, fenícios e gregos eram puramente econômicas (MIGLIORINI, 2016, p. 16; VEYNE, 2009), ao passo que a romana era uma dominação total, se se pode dizer. Não lhes bastava obter controle econômico; desejavam, outrossim, um controle mais amplo, em áreas como a administração, a política, a vida social e, claro, a língua falada. Os romanos sabiam fazer com que toda a vida cotidiana dos povos dominados girasse, direta ou indiretamente, em torno de si – não nos esqueçamos da mentalidade que eles possuíam de serem superiores aos outros povos⁸. Como resultado disso, havia, nas palavras de Veyne (2009, p. 79), “uma sincera adesão”⁹ dos povos dominados à língua e cultura Romana. De maneira indiscutível, aqui, há de se rememorar também o papel do Cristianismo para o êxito de tal feito, atuando como outro importante elemento de coesão sociopolítica (MIGLIORINI, 2016, p. 17 – 21).

O poder e influência do latim em sua época se justificam também quando pensamos no papel social que as línguas possuem. Como o atesta Trudgill (2000, p. 21),

⁶ Il latino diviene la lingua de un impero che estende la sua influenza su tutto il bacino del Mediterraneo, riducendo entro una sola grande orbita politica e culturale l'Europa, l'Africa settentrionale e il vicino Oriente asiatico: in sostanza, l'intero universo a quei tempo conosciuto.” (tradução nossa).

⁷ Sugerimos, especialmente, a leitura do capítulo 4 da obra de Paul Veyne (2009, p. 79 - 128). Ali, o autor trava uma aprofundada discussão acerca do papel dos gregos no Império Romano, demonstrando como, efetivamente, os gregos nunca lhes foram submissos, mas os aceitavam em nome da *Pax Romana*. Tanto é que os gregos mantinham sua língua, costumes e crenças, ainda que adotassem alguns elementos dos romanos. Era uma escolha diplomática, antes de tudo, pela manutenção de uma vida pacífica e sem guerras. Do lado romano, igualmente, os gregos eram vistos com desconfiança, o que se comprova pelo fato de que, em toda a história do Império Romano, nunca um grego assumiu postos de comando superior, como o de imperador.

⁸ Não deixa de ser curioso observar que, de forma geral, os romanos viam os gregos como superiores intelectualmente, sendo a educação romana, inclusive, influenciada pelo modelo grego.

⁹ Que, como vimos, pode ser discutida.





mais do que apenas permitir a comunicação, a língua é um fator de interação entre pessoas e povos, “um fenômeno social e cultural”. A língua não serve apenas para ser estudada em sua morfologia, sintaxe e fonética, mas ela serve, primeiramente, para a interação entre indivíduos, dentro de um fenômeno cultural e social mais amplo; só então, depois, é que as condições materiais dessa interação podem ser estudadas.

Desse modo, o latim era a língua em que a vida acontecia, em que o Império Romano se comunicava, em que as pessoas compravam, vendiam, discutiam, pesquisavam, namoravam e se casavam. “Aqueles que desejassem progredir na sociedade ou, simplesmente, salvaguardar sua posição, tinham de aprender latim” (JANSON, 2015, p. 109). Quando Veyne fala em uma “sincera adesão” dos povos dominados ao *modus romanum*, ele indica como, efetivamente, eles desejavam fazer parte do Império.

Dessa forma, o latim não se firmou como língua geral do Império pela força ou pela violência. Ele chegou, sim, dessa maneira, mas não foi como se estabeleceu. Ele não era usado porque uma lei assim dizia que deveria ser – em verdade, não existia uma lei para isso. Usava-se lhe por outros motivos, como desenvolvimento lógico das necessidades de sobrevivência das pessoas, das dinâmicas da vida cotidiana e dos interesses e aspirações pessoais dos cidadãos romanos e estrangeiros à Roma submetidos. Portanto,

a língua dos dominadores foi adotada gradualmente pelos povos subjugados, não por efeito de disposições da lei ou de procedimentos coercitivos, mas como consequência natural de um complexo de fatores que dizem respeito à hegemonia de Roma: da mesma penetração militar à presença de um único e forte centro administrativos; do assentamento de numerosas colônias agrícolas ao desenvolvimento das trocas e do comércio através da imponente rede viária. Do prestígio social da classe dirigente romana à difusão da civilização latina por meio do sistema escolar¹⁰ (TRIFONE, 2009, p. 18).

¹⁰ “La lingua dei dominatori è adottata gradualmente dai popoli sottomessi, non per effetto di disposizioni di legge o di provvedimenti coercitivi, ma come conseguenza naturale di un complesso di fattori riconducibili all’egemonia di Roma: dalla stessa penetrazione militare alla presenza di un unico forte centro amministrativo; dall’insediamento di numerose colonie agricole allo sviluppo degli scambi e dei commerci attraverso l’imponente rete viaria; dal prestigio sociale della classe dirigente romana alla diffusione della civiltà latina operata per mezzo del sistema scolastico” (tradução nossa).





O que explicamos acima responde, portanto, a uma inquietante pergunta que um leitor mais atento poderia se fazer: como tantos povos, em locais tão particulares, foram convencidos – de maneira simultânea – a deixar de lado suas línguas maternas e adotarem o latim como nova língua¹¹? Sendo as línguas um fator identitário e distintivo tão fortemente marcados, o que os motivou a tanto?

A resposta, é, como vimos, mais simples do que pode parecer em uma primeira leitura. Entretanto, tal evento pode ser justificado por fatores como os supramencionados, em que a dominação linguística advém de maneira “diluída”, facilitada por fatores externos à língua. Como já afirmamos em outras ocasiões (SILVA-ALVES, 2020; EVARISTO et al, 2018; SILVA, 2017), pensar a história de uma língua é considerar seus fatores externos e internos em correlação e simbiose. Seria uma tarefa problemática a de tentar compreender a dominação da língua latina e sua influência sem considerar o processo expansionista romano.

Façamos uma observação paralela: quando um povo é ocupado e/ou dominado por outro, isso não significa imediatamente que perderá sua identidade, seus costumes, suas crenças e valores. Em suma, não se deixa de ser quem se é para se assumir aquilo que o outro é. Veyne demonstra (2009, p. 102), no caso das invasões romanas, como os povos continuavam a manter – em certa medida – a sua identidade, ainda que assumissem voluntariamente o governo e a língua latina para a vida social: “pode-se muito bem adotar os produtos e gostos do inimigo sem por isso mudar de atitude em relação a ele; culturas não tem pátria” (VEYNE, 2009, p. 102). “Num império multiétnico, essa submissão não impede que se tenham também outros sentimentos” (VEYNE, 2009, p. 124) – outras identidades, outras línguas e costumes. “O fato de (...) ser conquistado e politicamente dominado por um Estado cuja língua é outra não significa obrigatoriamente que as pessoas abandonem sua língua original, nem mesmo a longo prazo” (JANSON, 2015, p. 109). O acontecimento será importante, ainda, para a reflexão posterior sobre a posição e a consolidação da língua italiana standard.

Do fenômeno, derivava uma situação de diglossia na região.

¹¹ Uma língua falada. Para o latim escrito, o processo era outro. Não há muitos documentos dos locais dominados escritos em latim, o que leva a crer que houvesse uma aceitação maior do latim falado que do escrito.





Com esse termo se designa o fenômeno pelo qual uma comunidade atribui a duas variedades linguísticas funções comunicativas e papéis sociais diferentes: no nosso caso, o latim é uma língua reservada à escrita e ao uso elevado, mundos dos quais os vulgares estavam excluídos, conquistando ao invés os âmbitos da fala familiar e cotidiana¹² (TRIFONE, 2009, p. 19).

No contexto latino, igualmente como no italiano, o fenômeno pode ser definido como sendo de poliglossia, não apenas de diglossia. Retornemos, pois, ao nosso argumento principal, sem perder de vista o conceito de diglossia/poliglossia.

Era possível identificar, de fato, “uma enorme atenção, para não dizer uma obsessão, era dedicada à língua, e a norma para a língua¹³ correta ficou muito bem estabelecida” (JANSON, 2015, p. 108). Era a época de afirmação da língua e da escrita latina, de modo que quase não se admitia – e, efetivamente, pouco se percebia – o uso do latim com algum tipo de variação¹⁴.

Com efeito, pensar em uma língua una e coesa em uma extensão territorial do tamanho do antigo Império Romano seria ingenuidade. As variações existiam, mas eram silenciadas e incorporadas ao próprio latim. As diferenças dialetais eram quase nulas¹⁵, de forma que a língua falada na capital Roma era a língua de uso de todo o Império, o que demonstra ainda a posição incontestável de Roma em sua época.

¹² “Con questo termine si disegna il fenomeno per il quale una comunità attribuisce a due varietà linguistiche funzioni comunicative e ruoli sociali differenti: nel nostro caso, il latino è la lingua riservata alla scrittura e all’uso elevato, mondi per ora preclusi al volgare, che conquista invece gli ambiti del parlato familiare e quotidiano” (tradução nossa).

¹³ Ou “à escrita correta”.

¹⁴ Ao mesmo tempo em que, como se verá, no capítulo final, havia possibilidades de variação para o latim, além dos exemplos de um latim militar, um latim literário ou um administrativo, por exemplo.

¹⁵ Alguns autores, como Trifone (2009) e (Migliorini, 2016), defendem que havia uma maior diferenciação dialetal na região, motivada pela questão geográfica, social e etária. A posição de defesa das variações dialetais nessas condições, embora incontestada, encontra no caso romano certa diferenciação pelo valor político da língua oficial, o latim. Hoje, qualquer falante de português, por exemplo, pode expressar-se com suas variações dialetais próprias; à época romana, tal liberdade era questionável, ainda que os registros sejam escassos.





Era possível, desse modo, haver comunicação entre qualquer cidadão do Império, com pouca variação entre as línguas faladas pelos dois^{16 17} – na escrita, de fato, a variação era ainda menor. O domínio romano, também sobre a língua, era altamente eficaz.

Portanto, indiscutivelmente, Roma, *caput mundi*, era a cidade mais cosmopolita de sua época, não apenas por receber muitos visitantes – graças ao comércio e às trocas culturais, militares e políticas –, mas também por conta das guerras e expansões que o Império Romano enfrentava. Gonçalves (2011) observa que o Império Romano tinha relações não apenas com os povos e culturas mais próximos, mas também com povos e culturas mais distantes, como os bretões, os africanos e os germânicos. Com o pouco do mundo conhecido que os romanos não dominavam, eles faziam comércio.

Isso significa dizer que ao mesmo tempo em que o império tinha uma multiplicidade de línguas e culturas em contato constante dentro de seu território – como nas regiões que dariam origem ao siciliano, toscano, napoletano, piemontese, fiorentino e muitos outros –, ela tinha também, especialmente, mas não apenas em Roma, uma relação com diferentes outras línguas de fora da região. Politicamente, portanto, Roma detinha uma posição central e unificadora – muito embora existisse também uma grande movimentação econômica, artística e intelectual em outras regiões, como Firenze, Bologna ou Veneza.

Deste modo, a circulação de pessoas e, por consequência, de povos, línguas, identidades e culturas era frequente em toda a região itálica. Se “o que entra em contato diretamente não são línguas (L), mas povos (P), ou melhor, os representantes deles, devido ao fato de L não ter vida fora de P” (COUTO, 2009, p. 284), entendemos o motivo de pensar a língua em uma perspectiva sociopolítica e no interior de suas dinâmicas sócio-históricas. Entendemos, ainda, a necessidade de pensar a língua italiana standard como um *continuum* de acontecimentos históricos da região, derivados desde o latim. Tal posição nos ajuda a entender que o italiano standard

na realidade, nada mais é do que o resultado, o ponto de chegada de uma evolução secular, de uma transformação lenta, mas contínua de

¹⁶ Ainda que existissem, como vimos, variações como a dos soldados e dos comerciantes.

¹⁷ Ilari (2018, p. 69) chega a citar apenas o “latim falado”, em oposição ao “latim escrito”, como se só houvesse, efetivamente, uma versão de cada.





uma língua anterior¹⁸. Por isso, sob o aspecto linguístico, não é coisa fácil falar em origens de uma língua — e, portanto, também em origens da língua italiana —, porque, na verdade, não há origens. A língua desconhece nascimentos e mortes, mas vive em perene transformação nas bocas dos falantes. É, pois, uma ilusão do historiador da língua pretender descobrir e determinar o período de origem de uma língua (CASTAGNOLA, 1961. p, 132).

Daí, também, a necessidade de uma história pré-unitária. De qualquer forma, apesar de concordarmos com Castagnola, não cremos que pensar em uma “origem” para a língua seja algo impossível, tal como não cremos que a língua italiana seja a transformação de uma língua, mas de várias. Se consideramos essa “origem” como sendo apenas de natureza gramatical e filológica, efetivamente teremos uma tarefa espinhosa e, possivelmente, inócua. Nossa proposta aqui é a de uma abordagem dentro de uma perspectiva específica, sociolinguística, política e histórica, considerando os contatos, conflitos e políticas linguísticas.

O Império Romano com o latim x a unificação da Itália com o italiano

Como vimos, para compreender melhor a história da língua italiana, é necessário retornar, ao menos, ao Império Romano. À época, através das guerras, expansões e política, o Império incluía cada vez mais povos, fosse pela dominação ou pelas relações comerciais. Uma dominação que era, também, linguística.

Dessa maneira, os povos abdicavam – ou eram forçados a abdicar – de sua hegemonia política e administrativa, passando a estar sob a tutela do Império. “*A unidade do latim medieval dizia respeito a uma unidade histórico-civil e política*”¹⁹ (ALBANESE e ALBANESE, 1986, p. 3). É certo que, não obstante, esses povos preservassem, entre si, seus costumes anteriores – como o caso dos gregos. Mais especificamente, entre as camadas mais pobres e, por assim dizer, populares, a manutenção e a utilização de diferentes línguas – ou dialetos, para manter a terminologia italiana (DE MAURO, 2011,

¹⁸ O Toscano e, ainda mais anteriormente, o latim.

¹⁹ “L’unità del latino medievale rispecchiava un’unità storico-civile e politica” (tradução nossa).





p. 21) – ainda era comum, embora em escala menor. Criava-se uma situação em que, publicamente, agiam como romanos²⁰ e, privadamente, conservavam seus traços identitários. De tal situação resulta, por exemplo, a manutenção de muitos dialetos e costumes regionais, coexistentes ao modelo latino e romano.

Por muitos motivos que não nos cabe aqui explicar, com o declínio do Império Romano do ocidente, a unificação política que existia é rompida. Passa-se, com isso, a um modelo de diferentes reinos, paradoxalmente interdependentes e livres entre si. A unificação de outrora não mais existia e, política e militarmente, a região estava fragilizada. Era o início de um processo de mudanças significativas, com profundas implicações não só para o latim, como para muitas outras línguas.

As consequências para a língua foram as que se pode esperar. As formas de falar em diferentes partes do que tinha sido o Império Romano divergiram rapidamente. Cada região formou seus próprios hábitos de fala (...) [e] dentro de poucos séculos depois de seu desmoronamento, a língua imperial homogênea se transformou numa miríade de dialetos regionais e locais. As mudanças linguísticas não tiveram mais freio (JANSON, 2015, p. 113-114)

Destarte, o latim escrito começava a passar por relativa perda de espaço, sem que com isso ele tivesse sua hegemonia abalada por completo. De fato, durante muitos séculos ainda, o latim, principalmente escrito, permaneceria como a língua corrente e de uso na região, ainda que não fosse mais a língua oficial ou que tivesse a chancela de um Império para tutelá-la. Historiadores e linguistas (JANSON, 2015; VEYNE, 2009) demonstram como, mesmo com as sucessivas invasões da região a partir, principalmente, do século VIII, o latim continuava a ser, principalmente, a língua escrita da região, com as primeiras manifestações escritas em outras línguas sendo percebidas a partir dessa época (TRIFONE, 2008). Curiosamente, o latim se expandia, mesmo para regiões que originalmente não faziam parte do Império, como os que constituem os territórios das atuais Alemanha, Polônia e Dinamarca (JANSON, 2015, p. 114), o que demonstra como,

²⁰ De onde surge o provérbio “Quando em Roma, faça como os romanos”, que expressava a conformidade com os costumes da principal cidade da região. Obviamente, essa conformidade também se dava no plano linguístico.





mesmo com o declínio do Império, o latim permaneceu tendo força e importância, num processo que implicará na formação intelectual de literatos como Dante Alighieri, no *trecento* italiano. O latim era, portanto, a língua escrita de uso dominante em praticamente toda a Europa, chegando ao caso de, em muitos outros lugares, não haver nenhuma outra língua escrita que com ele pudesse concorrer. Era um domínio que vinha, uma vez mais, não pela imposição de uma lei, mas pelo próprio prestígio que o latim conseguiu adquirir ao longo dos séculos como língua de cultura e de unificação administrativa, política e econômica.

O latim não desapareceu como língua escrita ou como língua culta quando já não era mais usado como língua materna. Por muitos séculos, foi ele o meio escrito de comunicação de pessoas falantes de uma gama de línguas maternas e foi substituído gradualmente num declínio suave ao longo de outros tantos séculos (JANSON, 2015, p. 114 - 115).

Na prática, poderemos ver, no caso italiano, a reminiscência do latim em períodos bem mais adiante, como o *trecento* e o *quattrocento* italiano²¹. Por muito tempo ainda foi possível assistir na região à manutenção da língua latina – com as suas sucessivas variações e mudanças, é claro – que, se pouco falada (ao menos na condição de língua materna), continuava a ser bastante escrita e a ocupar um papel fundamental de prestígio intelectual, acadêmico, literário e político. Saber falar e escrever em latim ainda era um “divisor de águas” na sociedade, de forma que apenas a muito custo e com ações relevantes para a história e a linguística é que o latim perdeu terreno para outras línguas na região – sem que, com isso, ele deixasse de influenciá-las de maneira significativa.

Fato é que do episódio temos a atual conjuntura em que mais de uma dezena de línguas europeias são resultado das modificações por que o latim passou. Dos dialetos italianos ao português, das línguas minoritárias às línguas oficiais e/ou nacionais, o latim – e os muitos acontecimentos históricos, militares, políticos e sociais do Império Romano – possuem um papel fundamental na formação moderna de muitas línguas, incluindo a

²¹ Com as devidas proporções, ainda hoje é possível perceber reminiscências do latim, seja no meio científico, seja no ambiente eclesial católico. Diversas iniciativas fazem com que ele se mantenha como língua importante, chegando ao fato de, na Alemanha, ele ser o terceiro idioma mais estudado nas escolas. A esse respeito, sugerimos a leitura de Fortes e Prata (2015).





língua italiana standard, nosso interesse maior. É impossível desassociar o italiano standard atual do latim.

A experiência romana e seu reflexo com o latim – considerações finais

| 177

Compreender de maneira mais acurada o contexto do Império Romano e da língua latina como fator de unificação, manutenção e prosperidade do Império pareceu-nos obrigatório para compreender os mais variados processos pelos quais a futura Itália, ao unificar-se, passou – e, por extensão, também a língua italiana. Se antes o latim cumpria o papel de ser um fundamental fator de unificação nos âmbitos político, territorial e administrativo, séculos depois a língua italiana estaria a ocupar o mesmo papel e permitir – com as devidas ressalvas, é claro – as mesmas experiências.

Buscamos aqui apresentar um cenário de comparação entre as línguas e territórios, de modo a tentar apontar o latim e o Império Romano como aquilo que chamamos de origens remotas da língua italiana. Esperamos que a leitura ajude outros pesquisadores e estudiosos da história da língua italiana a compreender, como que num mosaico multifacetado, mais uma das peças que compõem o complexo quebra-cabeças que atualmente chamamos de italiano standard.

Referências bibliográficas

ALBANESE, Carolina M.; ALBANESE, Luciana. La questione della lingua italiana attraverso i secoli. Revista Letras – Curitiba, UFPR. 1986

CASTAGNOLA, Luigi. Primeiro milênio da língua italiana. Revista Letras, v. 12 (1961). Disponível em <http://revistas.ufpr.br/letras/article/view/19890> - acesso em 14/06/2021, às 17h22.

COUTO, Hildo Honório do. Linguística, Ecologia e Ecolinguística: Contato de Línguas. São Paulo: Contexto, 2009

DE MAURO, Tullio. Storia linguistica dell'Italia unita. Bari: Laterza, 2011.





EVARISTO, Jefferson; et al. *Línguas e Culturas: Contatos, Conflitos, Nomadismos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2018. v. 1. 246p

FORTES, Fabio; PRATA, Patricia. *O Latim hoje – reflexões sobre cultura clássica e ensino*. São Paulo: Mercado de Letras, 2015.

GONÇALVES, Patrícia A. De babel a pandora: crise, cultura e identidade no multilinguismo italiano. In: XÓAN Lagares & MARCOS Bagno. (Org.). *Políticas da Norma e Conflitos Linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. São Paulo: Contexto, 2018.

JANSON, Tore. *A história das línguas: uma introdução*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MENDES, Norma Musco; SILVA, Gilvan Ventura da. *Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Espírito Santo: EDUFES, 2014.

MIGLIORINI, Bruno. *Storia della lingua italiana*. Milano/Italia: Tascabili, 2016.

SILVA, J. E. N.. O nacionalismo no trecento: Dante Alighieri e o projeto de unificação política e linguística da Itália. In: XII Semana de Estudos Medievais, 2019, Rio de Janeiro. *Atas da XII Semana de Estudos Medievais*. Rio de Janeiro: PEM/UFRJ, 2017. v. 1. p. 211-218

SILVA-ALVES, Jefferson Evaristo do Nascimento. Do trecento ao cinquecento: história da língua italiana na perspectiva do contato e das políticas linguísticas. *Palimpsesto*, v. 19, p. 327-343, 2020.

TRIFONE, Pietro. *Lingua e identità: una storia sociale dell'italiano*. Roma: Carocci editore, 2006.





TRUDGILL, Peter. Contact and sociolinguistic typology. In HICKEY, Raymond. The Handbook of language contact. New Jersey/USA: Wiley-Blackwell, 2013.

VEYNE, Paul. O império greco-romano. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

